

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

IPPUR / UFRJ

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
IPPUR

D
Adant

M O N O G R A F I A

" O MERCADO DE TRABALHO NO RIO DE JANEIRO "

Aluno: Mário Hélio Trindade de Lima

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
P. P. U. R.

Introdução

Neste trabalho, procura-se fazer um exercício de reflexão acerca do surgimento do mercado informal de trabalho, no processo de transição do escravismo para o trabalho livre assalariado e no processo de formação do mercado de trabalho no Brasil, apoiando-se nas formulações teórico-metodológicas de Claus Offe. Utiliza-se como base teórica dois ensaios; "Teoria do Estado e Política Social", onde analisa-se a relação entre o Estado e o mercado de trabalho, e; "A Economia Política do Mercado de Trabalho" onde se trabalha a idéia do mercado de trabalho como relação de poder, enfocando as diferentes posições dos grupos no mercado de trabalho.

No alvorecer do século XX, a sociedade urbana brasileira está em processo de franca transformação nas formas de organização da força de trabalho humana. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, assim como a instituição do mercado de trabalho vêm anunciar a nova ordem social na cidade.

Na cidade império escravocrata do Rio de Janeiro, a força de trabalho escrava movimentava o complexo portuário (carga e descarga de navios, armazenagens), assim como toda a circulação de homens e mercadorias no âmbito da própria cidade. No quadro da escravidão urbana podemos distinguir duas formas distintas de trabalho; o escravo doméstico e o escravo de ganho ou aluguel. O escravo doméstico... "mora dentro do território do senhor, é uma máquina de produzir de sua propriedade", (1) sendo, portanto, indispensável à manutenção da unidade doméstica de seu senhor. Os escravos de ganho configuravam uma situação distinta, "homens livres" na ordem escravocrata que viviam à custa da rentilização de seu trabalho. Embora fosse propriedade de um senhor (ou de uma camada de pequenos senhores), dispunha de relativa autonomia para alugar o uso de sua força de trabalho no mercado de serviços urbanos, obtendo a soma de dinheiro necessária para inteirar a renda exigida pelo seu proprietário e mais a quantia necessária para adquirir mercadorias destinadas a seu próprio consumo. O escravo de ganho tinha, portanto, certa autonomia no que se refere à gestão ou manutenção de sua capacidade de trabalho; "podia adquirir alimentos, embebedar-se e muitas vezes pagava inclusive o aluguel de um quarto de cortiço" (2).

Tendo como pano de fundo um quadro do trabalho na ordem escravista pode-se colocar a questão da transformação da força de trabalho escrava em mercadoria, no processo de formação do sistema de mercado de trabalho urbano no Brasil, nos primeiros anos do século atual.

Em termos gerais, o problema da passagem do trabalho não assa

lariado para o trabalho assalariado no processo de industrialização capitalista, não é visto de forma tranquila por Offe, que chama a atenção ao considerar "a entrada da força de trabalho na função do trabalho assalariado, ou seja, sua socialização segundo o modelo da mercadoria é problemática e forma alguma automática no início do processo de industrialização". (3)

Para Claus Offe, a destruição das formas de subsistência tradicionais que se verifica no processo de industrialização capitalista sendo acompanhada de processos de desorganização da força de trabalho, não implica, do ponto de vista sociológico, que os "despossuídos" ofereçam sua força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho. "A transformação da força de trabalho despossuída em trabalho assalariado é, ela mesma, parte do processo constitutivo da política social, cuja efetivação não pode ser explicada pela coerção muda das relações econômicas". (4)

Esta reflexão evidencia porque a constituição de uma classe de trabalhadores assalariados tem como pré-requisito a institucionalização política das formas de existência externas ao mercado, isto é, que sejam organizadas e sancionadas pelo Estado, contribuindo para integrar a força de trabalho no mercado de trabalho. Daí, por um lado, a tendência a considerar delituosos e reprimir modos de subsistência que constituam uma alternativa à relação de trabalho assalariado (proibição da mendicância, ao roubo) e por outro, a transmissão de normas e valores organizada pelo Estado, cuja observância assegura a passagem para a relação de trabalho assalariado.

Neste sentido, a política social representa uma estratégia estatal de integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado - "a política social contribui de forma indispensável para a constituição dessa classe". (5)

A tese de Offe sobre a função das instituições de política so-

cial (de caráter estatal) e sua importância para a "proletarização ativa", que acompanha o fenômeno da proletarização natural ou "passiva", coloca três classes de problemas:

- 1 - os trabalhadores precisam ter motivos culturais para se transformarem em trabalhadores assalariados.
- 2 - a necessidade de condições socio-estruturais institucionais externas ao mercado, para a reprodução do trabalho assalariado.
- 3 - assegurar uma correspondência quantitativa aproximada entre o número de indivíduos que são proletarizados de forma "passiva" e o número daqueles que em vista da demanda no mercado de trabalho podem encontrar ocupação como assalariados.

Se abrirmos uma ponte a partir da perspectiva de Offe, para uma aproximação com a realidade que estamos querendo investigar, pode-se pensar a estratégia do Estado na constituição do mercado de trabalho no Brasil. O Estado no Brasil intervém diretamente na formação do mercado de trabalho, inclusive, financiando a migração de trabalhadores estrangeiros para a constituição da classe operária. Segundo Raquel Rolnik, em São Paulo, nem o negro nem o caipira (homem livre não proprietário de escravos) ocuparam imediatamente o lugar deste novo trabalhador. Do ponto de vista dos fazendeiros de café - que prosperaram e lideraram a substituição do trabalhador cativo pela mão-de-obra livre - era mais vantajoso empregar o imigrante europeu. As razões são antes de tudo econômicas: o fazendeiro não precisava pagar a passagem do imigrante, esta era paga pelo governo da província. Mas ao mesmo tempo a opção pelo "braço livre europeu" significava usar mão-de-obra "civilizada", já que não era possível romper repentinamente com todo o arcabouço ético-político da escravidão, montado através da identidade selvagem-inumano-cativo".

Quanto à tese de Offe, em primeiro lugar, quando se lembra "os trabalhadores precisam ter motivos culturais para se transformarem em trabalhadores assalariados" (6) - caberia investigar essa questão no Brasil, isto é, em que medida a política social de regulamentação política do mercado de trabalho assalariado, na sua manifestação ideológica e repressiva atua de forma a integrar grupos no contexto societário perseguindo e controlando socialmente práticas de vida alheias ao mercado de trabalho. Apenas a título de exemplo, a intervenção do Estado no espaço urbano ao definir o lugar de cada grupo no espaço social e ao mesmo tempo combater formas de ocupação coletiva das classes populares, através de um discurso higienista, coincide a criação de instituições de controle destinadas à reclusão ou recuperação de desvios sociais - hospital de isolamento, hospital dos alienados, presídios, Instituto disciplinar e etc.

Caberia da mesma forma investigar, em segundo lugar, como se estabelece no Brasil, a estratégia do estado de regulamentação política das condições de não-participação no mercado de trabalho.

Definindo quem pode e quem não pode tornar-se trabalhador assalariado, através da institucionalização de esferas existenciais - como se deu a instituição do sistema de previdência social e instituições de saúde, assim como a introdução do sistema escolar, e qual o alcance destas instituições na esfera social, isto é, quais os grupos - alvo que se deseja atingir.

Por outro lado, no ensaio A Economia Política do Mercado de Trabalho, Offe, analisa a posição estratégica de certos grupos no mercado de trabalho percebe a desvantagem para alguns grupos na distribuição social dos riscos do mercado de trabalho.

Ao observar a configuração dos grupos da força de trabalho que se tornam desempregados com mais frequência, que permanecem desempregados durante mais tempo do que a média, que tem inclusi

ve dificuldades de estabelecer relações de emprego, que são despididos com mais frequência, que são expostos a riscos excepcionais de destruição de sua capacidade física, percebe que essas características se não variam independentemente umas das outras, mas se acumulam em determinados segmentos da força de trabalho. E em seguida, defende a tese de que esses aspectos podem ser articulados não como características sociais adquiridas (educação, renda, local de residência) mas socialmente "atribuídas" e ligadas a certos aspectos fixos e internacionalmente imutáveis (idade, sexo, condição física, etnia).

Embora o autor esteja se referindo à posição da mulher ou do jovem e sua classificação de grupos da força de trabalho não esteja preocupado com a existência de grupos marginais, a sua argumentação pode ser interessante se deslocada para a observação da posição dos indivíduos ex-escravos e a sua inserção na ordem social moderna - origem do mercado de trabalho urbano no Brasil.

É possível que características socialmente atribuídas aos negros libertos tenham contribuído para a sua marginalização no mercado de trabalho assalariado, nos primórdios da ordem liberal no Brasil.

como resultado dessas reflexões, chegamos ao seguinte ponto. Há a alternativa de estudar as estratégias do Estado para a regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, tendo em vista mecanismos de integração social de grupos da força de trabalho, herdeiros da organização produtiva escravista, que atravessam o mercado de trabalho formal, em sua origem, recriando formas de trabalho e de subsistência não assalariadas. Talvez seja um campo de possibilidades, o estudo da política social no Brasil e as estratégias institucionais voltadas para a organização do trabalho assalariado e do mercado de trabalho urbano, quando o nosso ponto de vista está centrado na existência de grupos não assalariados e sua relação com o mercado de trabalho formal, no processo de constituição das relações sociais capitalistas no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Bibliografia:

- (1) - Raquel Rolnik; O Espaço e a Política - "As Lutas Sociais e a Cidade"; Kowarik.
 - (2) - Jaime Benchimol; Um Haussman Tropical.
 - (3) - Claus Offe; Teoria do Estado e Política Social - "Problemas Estruturais do Estado Capitalista".
 - (4) - Idem.
 - (5) - Idem.
 - (6) - Idem.
- && Claus Offe; A Economia Política no Mercado de Trabalho - "Capitalismo Desorganizado".